

# Turismo Urbano

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.70.13>

**Jorge Ricardo Pinto**

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Instituto Superior  
de Ciências Empresariais e do Turismo, Porto, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-0195-3853>

[jpinto@iscet.pt](mailto:jpinto@iscet.pt)

## Resumo

O turismo, em especial o urbano, tem crescido imenso ao longo dos últimos anos. A apreciação deste crescimento é geralmente feita a partir de duas perspetivas contrárias: a que valoriza o seu impacto na economia local, por oposição à que destaca os seus efeitos negativos para os locais, nomeadamente em matéria de habitação. Este texto reflete os impactos da atividade turística, procurando compreender de que forma pode ser gerido pelas políticas públicas. Essas políticas têm partido da gestão (por vezes, até na proibição) do alojamento local, em políticas de habitação, no apoio, regulação e incentivos ao comércio tradicional, na gestão da mobilidade, enfim, numa abordagem de ordenamento territorial, uma vez que as políticas para o turismo urbano, sem reprimir o desenvolvimento económico, podem ajudar a minimizar os impactos negativos do turismo.

## Palavras-chave

turismo, políticas públicas, ordenamento do território

O Homem viaja muito para diferentes tipos de lugares em busca de atrações diferentes porque é inconstante, está cansado de uma vida monótona e procura sempre algo que lhe escapa.

– Séneca (como citado em Feifer, 1985, p. 9)

A frase anterior podia ter sido escrita num desses livros de autoajuda que povoam as estantes dos hipermercados ou numa das muitas revistas de viagens que se publicam periodicamente. Mas não foi. A sua origem é bem mais longínqua. Foi escrita por um cidadão romano contemporâneo de Jesus Cristo, o intelectual Séneca, ele próprio um viajante habitual por motivos de lazer, não só para estâncias balneares próximas de Roma (como Baiae, na baía de Nápoles), como para destinos mais longínquos dentro do Império Romano.

A origem das viagens motivada por questões culturais, de lazer ou terapêuticas é, por isso, profunda no tempo. Tão antiga como a multiplicidade de impactos criada pela chegada numerosa de viajantes aos territórios de destino, mesmo antes da palavra “turismo” ter sido inventada no princípio do século XIX. São conhecidos os lamentos de viajantes romanos no Egito devido às marcas, a tinta ou gravadas na pedra, deixadas por visitantes anteriores nas paredes dos templos. “Vandalismo! Destruição de património!”, diriam hoje alguns. Na mesma época, surgem também relatos de histórias e identidades inventadas por guias turísticos fantasiosos que enganavam o viajante. O filósofo Luciano de Samósata (citado em Feifer, 1985) denunciava: “se abolirem os contos fabulosos da Grécia, os guias de lá morreriam todos de fome, já que nenhum viajante quer ouvir os fatos verdadeiros, mesmo por nada” (p. 18). “Perda de autenticidade!”, acusariam alguns observadores contemporâneos. No norte de África, num porto piscatório chamado Hippo Diarrhytus, um golfinho terá começado a interagir com crianças, criando uma atração que mobilizou um grande número de visitantes, a quem os locais eram obrigados a dar abrigo. Plínio (o jovem; citado em Feifer, 1985), político romano, analisou o fenómeno: “o lugar estava a perder o seu carácter de paz e tranquilidade. Foi então decidido que o objeto de interesse do público deveria ser silenciosamente destruído” (p. 20). “Os malefícios da turistificação!”, ouviríamos de alguns notáveis nos tempos que correm.

Como acontece com outros fenómenos sociais, o debate em torno do turismo enreda-se num novelo de extremos que se refugiam em torno de duas baricadas opostas inconciliáveis. De um lado, há sonhos e fantasias luminosas em torno das virtudes económicas da atividade turística para os territórios, como se esta possuísse uma espécie de toque mágico de Midas que transforma em ouro os lugares mais inóspitos, agrestes ou triviais. Do outro, vive-se o medo das mudanças que o turismo trará, agigantando as dificuldades e diminuindo as mais valias, apontando os problemas de sustentabilidade social e ambiental, ou os desequilíbrios na distribuição dos rendimentos. Em 1997, a propósito da enorme dinâmica do turismo na ilha de Lanzarote, José Saramago (como citado em Aguilera, 2010) traduzirá esta necessidade de equilíbrio entre os extremos:

os turistas são como as abelhas. É preciso cuidar deles, tratá-los bem, porque eles vêm deixar o mel, mas também é preciso tomar cuidado e se defender das abelhas porque elas podem fazer mal. Quero dizer que Lanzarote tem de começar a marcar limites de crescimento porque, caso contrário, pode-se acabar com ela.

Curiosamente, cerca de 30 anos antes, no arranque do enorme fulgor urbanístico do Algarve, e num tom não muito distante de Saramago, António de Oliveira Salazar (como citado em Pinto, 2019) profetizava:

receio que estejamos estragando o Algarve com a pressa de dotá-lo de certo número de quartos, considerado necessário ao desenvolvimento do turismo (...) mas o turismo há-de passar e o Algarve fica. E se o formarmos por causa do turismo, nunca mais o recomporemos. (p. 11)

No século XXI, o turismo tem assumido um papel especialmente importante na dinâmica social, cultural e económica das cidades, nomeadamente no seu centro, devido ao crescimento extraordinário de turistas em espaços urbanos de dimensão variada (Ashworth & Page, 2011; Mourão et al., 2021).

Com o aumento da população mundial, a descida significativa dos preços do transporte aéreo e a globalização do mercado turístico, determinados destinos, em particular os espaços urbanos servidos por aeroportos internacionais, passaram a receber, ao longo de todo o ano, um número extraordinário de visitantes, sobretudo no regime de *city break* (pequenas férias numa cidade, com a duração, por vezes, de um fim de semana). Este crescimento justifica-se também pelo alargamento da classe média e, conseqüentemente, pelo aumento do número de pessoas com disponibilidade para viajar. Esta dinâmica deve-se particularmente à popularização e generalização dos voos internacionais *low-cost*, que diminuíram o custo e/ou o tempo da deslocação para praticamente todo o planeta. Mas, também, a uma alteração profunda das lógicas de alojamento, tanto no que se refere à utilização das mais variadas, intuitivas e interativas plataformas digitais (Airbnb, Booking, Trivago, etc.), como na multiplicidade tipológica que se contrapõe à antiga solução hoteleira; e, sobretudo, na lógica da “economia colaborativa” (ainda que o conceito original tenha sido subvertido), que potenciou a propagação de casas, apartamentos e quartos para aluguer temporário em números inimagináveis há duas décadas (Koenig et al., 2018).

Via Google ou Tripadvisor, entre outros, o turista passou a ter rápido acesso a informação detalhada sobre atrações turísticas de qualquer destino, e

ligação a uma oferta estruturada e a preços mais reduzidos, tanto de alojamento como de restauração, facilitando a compra destes serviços e diminuindo significativamente o número de intermediários. Estas transformações facilitaram a viagem, flexibilizaram o uso do tempo para lazer e deram uma liberdade acrescida ao turista na escolha do destino e na organização da jornada (Fernandes, 2020).

Este processo não só fez disparar o número de viagens e de estadias, como criou também uma empreendedora dinâmica imobiliária e a multiplicação de soluções de renovação, requalificação, regeneração e restauro urbano. Por sua vez, os preços do solo subiram aceleradamente, acoitados por esta nova procura pelos espaços centrais da cidade, espoletando duas grandes alterações do ponto de vista do uso do solo, em particular em territórios regidos por uma lógica neoliberal ou de ausência de políticas de regulação (Fernandes et al., 2021).

Por um lado, verificou-se um processo de alteração social da população residente, com a chegada de uma classe social mais elevada ou, em particular, uma população flutuante (turistas) com maior disponibilidade financeira, atraída pela estética patrimonial, as experiências culturais ou um certo estatuto social que as viagens e o conhecimento sempre conferiram. Muitas casas abandonadas foram recuperadas e reintegradas no tecido económico da cidade, gerando também a subida de preços que impossibilitou a manutenção de muitos dos antigos moradores no local onde residiam, libertando imóveis para renovação e novo uso (Choay, 2009).

Por outro, essa nova configuração social motivou uma crescente alteração do ponto de vista funcional, com o desaparecimento de muitos estabelecimentos comerciais ditos tradicionais e o surgimento de uma especialização crescente em hotelaria, restauração e/ou lojas orientadas para o turista, vendendo produtos que exploram a imagem da cidade/região ou de caráter *neotradicional*. Esta segunda dimensão é marcada também pela efemeridade de uma boa parte destes negócios que, ao contrário dos usos anteriores que, na maior parte dos casos, se haviam prolongado ao longo de várias décadas, têm agora, em média, tempos de duração da atividade muito mais reduzidos. Altera-se assim o papel icónico do comércio como imagem da cidade, cada vez mais globalizado e menos enraizado ao local (Carvalho et al., 2019).

Estes processos, que em muitas cidades da Europa Ocidental ocorreram de forma muito célere, geraram a análise, resistência e denúncia por diferentes estratos sociais, académicos e culturais. Nalguns casos, promoveu-se o

entrincheiramento de opiniões inconciliáveis em movimentos de rua ou panfletários. Noutros, uma concetualização académica de alguns fenómenos, originando jargão, agora mais ou menos vulgarizado, como a gentrificação ou o *overtourism* (o impacto do turismo em excesso num destino, que influencia negativamente a qualidade de vida dos cidadãos e/ou a qualidade das experiências dos visitantes, embora ainda se desconheçam instrumentos ou metodologias que os definam ou meçam de forma clara e inequívoca), sempre embrulhados na *caixa sem fundo* da sustentabilidade (Bertocchi et al., 2020; Fernandes, 2020; Saarinen, 2014).

O turismo pode efetivamente criar emprego, promover o investimento e a criação e melhoria de infraestruturas, gerando por isso oportunidades de desenvolvimento. Mas o crescimento acentuado e acelerado do turismo produz também desequilíbrios no preço do solo, no mercado de arrendamento ou no custo de vida, tornando o quotidiano da população local instável e com dúvidas em relação ao futuro. Ao mesmo tempo, a intensificação da atividade turística pode significar também o aumento da poluição sonora e ambiental (nomeadamente em emissões de CO<sub>2</sub>), o agravamento do tráfego automóvel ou o congestionamento de alguns espaços de lazer ou abastecimento, em que a população local compete com o turista pelos lugares, serviços e bens disponíveis. De facto, em muitos dos destinos de turismo urbano, cresce a sensação, partilhada por residentes e/ou visitantes, que há um excesso de turistas e que a qualidade de vida ou a qualidade da experiência turística se deteriorou para lá de um ponto de razoabilidade. Este conceito opõe-se ao de turismo sustentável, onde a atividade turística não prejudica, mas, pelo contrário, beneficia o destino, tanto para quem ali reside, como para quem visita. O desafio estará, por isso, na gestão do carácter multidimensional do turismo, no compromisso entre as vantagens económicas, sociais e culturais e os impactos ambientais e sociais negativos (Aall & Koens, 2019; Perkumienė & Pranskūnienė, 2019).

Muitas cidades europeias têm desenvolvido políticas para um turismo urbano sustentável, pese embora uma resistência que emerge por parte sobretudo das empresas privadas que dependem da atividade e cuja preocupação primeira é a de garantir um número crescente de turistas de forma a multiplicar, no imediato, os seus rendimentos. Essas políticas têm partido da gestão (por vezes, até na proibição) do alojamento local, em políticas de habitação, no apoio, regulação e incentivos ao comércio tradicional, na gestão da mobilidade, enfim, numa abordagem de ordenamento territorial, uma vez que as políticas para o turismo urbano, sem reprimir o desenvolvimento económico, podem ajudar a minimizar os impactos negativos do turismo.

## Referências

- Aall, C., & Koens, K., 2019. The discourse on sustainable urban tourism: The need for discussing more than overtourism. *Sustainability*, 11(15), Artigo 4228. <https://doi.org/10.3390/su11154228>
- Aguilera, F. G. (2010). *As palavras de Saramago*. Companhia das Letras.
- Ashworth, G., & Page, S. J. (2011). Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, 32(1), 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.02.002>
- Bertocchi, D., Camatti, N., Giove, S., & van der Borg, J. (2020). Venice and overtourism: Simulating sustainable development scenarios through a tourism carrying capacity model. *Sustainability*, 12(2), Artigo 512. <https://doi.org/10.3390/su12020512>
- Carvalho, L., Chamusca, P., Fernandes, J., & Pinto J. (2019). Gentrification in Porto: Floating city users and internationally-driven urban change. *Urban Geography*, 40(4), 565–572. <https://doi.org/10.1080/02723638.2019.1585139>
- Choay, F. (2009). *Le patrimoine en question. Anthologie pour un combat*. Éditions du Seuil.
- Feifer, M. (1985). *Going places: Tourism in history*. Stein and Day.
- Fernandes, J. A. R. (2020). *Geografia do Porto*. Book Cover.
- Fernandes, J. A. R., Tenreiro, J. P., Figueiredo, P. M., Chamusca, P., & Pinto, J. R. (2021). *A baixa do Porto: Arquitetura e geografia urbana (2010–2020)*. Book Cover.
- Koens, K., Postma, A., & Papp, B. (2018). Is overtourism overused? Understanding the impact of tourism in a city context. *Sustainability*, 10(12), Artigo 4384. <https://doi.org/10.3390/su10124384>
- Mourão, L., Ferreira, L., & Pinto, J. (2021). *Portugal e o turismo*. Book Cover.
- Perkumienė, D., & Pranskūnienė, R. (2019). Overtourism: Between the right to travel and residents' rights. *Sustainability*, 11(7), Artigo 2138. <https://doi.org/10.3390/su11072138>
- Pinto, J. R. (2019). Turismo, hospitalidade e alojamento local: Antecedentes. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca & T. Mendes (Eds.), *A Airbnb em Portugal* (pp. 8–12). Book Cover
- Saarinen, J. (2014). Critical sustainability: Setting the limits to growth and responsibility in tourism. *Sustainability*, 6(1), 1–17. <https://doi.org/10.3390/su6010001>